flash

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT)

Uso Público

Histórico de mudanças

Versão	Data	Autor	Descrição de mudança
01	01/02/2022	Jurídico/Compliance	Documento inicial
02	29/11/2023	Compliance & PLD/FT	Revisão Anual
03	23/09/2024	Compliance & PLD/FT	Revisão Anual
04	21/11/2024	Compliance & PLD/FT	Inseridas obrigatoriedades estabelecidas na Circular n° 3.978 de 23/1/2020 do BCB.
05	23/04/2025	PLD/FT	Revisão

Aprovações

Versão	Status	Data	Nome	Função
01	Aprovada	02/02/2022	Pedro Lane	COO
02	Aprovada	01/02/2024	Guilherme Lane, Pedro Lane, Ricardo Salem	Diretoria Executiva
03	Aprovada	10/10/2024	Ludmila Machado	Head de Jurídico e Compliance
03	Aprovada	10/10/2024	Guilherme Lane, Pedro Lane, Ricardo Salem	Diretoria Executiva
04	Aprovada	03/12/2024	Guilherme Lane, Pedro Lane, Ricardo Salem	Diretoria Executiva
05	Aprovada	07/05/2025	Guilherme Lane, Pedro Lane, Ricardo Salem	Diretoria Executiva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **4**
1.1. Objetivo 4
1.2. Abrangência 4
1.3. Cumprimento 5
1.4. Descumprimento 5
1.5. Definições 5
2. RESPONSABILIDADES **7**
3. DIRETRIZES **13**
4. ABORDAGEM BASEADA NO RISCO **14**
5. AVALIAÇÃO INTERNA DE RISCO **14**
6. AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE **15**
7. PRODUTOS, SERVIÇOS E NOVAS TECNOLOGIAS **16**
8. CONHEÇA SEU CLIENTE, COLABORADOR, FORNECEDOR E PARCEIRO **16**
8.1. Conheça seu Cliente (KYC) 17
8.2. Conheça seu Colaborador (KYE) 19
8.3. Conheça seu Fornecedor, Parceiro ou Prestador de Serviço Terceirizado (KYS/P) 20
9. MONITORAMENTO, SELEÇÃO E ANÁLISE DE TRANSAÇÕES E SITUAÇÕES SUSPEITAS **21**
9.1. Comunicação de Operações ou Situações Suspeitas ao COAF 21
10. TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO **22**
11. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E DE CONTROLE **22**
12. GUARDA E MANUTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS **23**
13. SIGILO **23**
14. CANAIS DE COMUNICAÇÃO E DENÚNCIA DE PLD/FT **23**
15. PROTEÇÃO A DENUNCIANTES **24**
16. CONSIDERAÇÕES FINAIS **24**
16.1. Exceções 24
16.2. Revisão 24
16.3. Atualização 25
17. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA **25**

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

1. INTRODUÇÃO

Esta Política tem por objetivo estabelecer diretrizes, fundamentos e procedimentos adotados pela Flash Tecnologia e Instituição de Pagamento L. ("Flash"), na qualidade de Emissora PAT (facilitadora que exerce a atividade de emissão de moeda eletrônica para atendimento dos pagamentos no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT) e Instituição de Pagamento autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - "BCB", nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e emissora de instrumento de pagamento pós-pago, sobre a prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo ("PLD/FT"), estabelecendo uma estrutura de controles específicos para dificultar, impedir e comunicar quaisquer práticas criminosas dessa natureza, além de indicar parâmetros para a aplicação da abordagem adequada baseada nos riscos regulatórios e reputacionais.

1.1. Objetivo

Esta Política é parte integrante da estrutura de governança da Flash e tem como princípio manter e proteger sua reputação e impedir quaisquer eventos que possam causar danos dessa natureza.

As diretrizes aqui estabelecidas devem orientar a concepção, desenvolvimento e operação de todos os negócios, produtos, processos, estruturas, práticas e controles da Flash, promovendo a cultura organizacional de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, contemplando, inclusive, os colaboradores, fornecedores, parceiros e prestadores de serviços terceirizados.

É dever de todos os colaboradores da Flash zelar pela imagem e reputação da instituição e conduzir os negócios com responsabilidade, respeito e de forma íntegra.

A Flash repudia atos de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, corrupção ou quaisquer atos ilícitos e tais práticas, em quaisquer transações onde a Flash seja parte, será expressamente proibida e não será tolerada.

1.2. Abrangência

Esta Política deve ser observada e se aplica a todos os colaboradores, independente do cargo ou área de atuação, clientes, prestadores de serviços, parceiros, fornecedores e demais terceiros que representem ou atuem em nome da Flash.

As operações da Flash devem ser conduzidas, a todo momento, em conformidade com os requisitos aplicáveis às Instituições de Pagamento reguladas pelo Banco Central do Brasil, incluindo, mas não se limitando aos parâmetros mínimos indicados pela regulamentação aplicável à Flash no que tange à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

1.3. Cumprimento

É dever de todos os colaboradores compreender a legislação brasileira, esta Política e demais políticas internas da Flash.

A adesão e o cumprimento desta Política são obrigatórios, e sua violação pode resultar em procedimentos disciplinares e sanções administrativas, conforme estabelecido no Código de Conduta e, em casos mais graves, em penalidades criminais relacionadas à lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.

1.4. Descumprimento

Colaboradores ou terceiros com informações sobre possíveis descumprimento a esta Política devem relatar a situação ao responsável pela Política, e/ou à área de Compliance através do e-mail ou Canal de Ética.

1.5. Definições

As seguintes definições aplicam-se aos termos utilizados nesta Política:

Bacen ou BCB: Banco Central do Brasil;

Beneficiário Final: pessoa natural ou pessoas naturais que, isoladamente ou em conjunto, de forma direta ou indireta, possui, controla ou influencia significativamente uma pessoa jurídica, incluindo o representante, procurador ou preposto;

Carta-Circular nº 4.001/2020: divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9613/98 e de financiamento ao terrorismo, previstos na Lei nº 13.260/16;

Circular 3.978/2020: dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016;

Cliente: pessoa jurídica ou pessoa física que contrate ou utilize serviços da Flash;

Colaborador: toda pessoa que mantém vínculo estatutário ou empregatício com a Flash, incluindo temporários, estagiários e jovens aprendizes;

Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF"): conselho criado no âmbito do Ministério da Fazenda com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei n° 9.613/1998, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades;

Conta de Pagamento: conta de registro detida em nome do cliente e/ou usuário final de serviços de pagamento utilizada para a execução de transações de pagamento;

Financiamento ao Terrorismo: configura-se quando alguém, direta ou indiretamente, por qualquer meio, prestar apoio financeiro, fornecer ou reunir fundos com a intenção de serem utilizados ou sabendo que serão utilizados, total ou parcialmente, por grupos terroristas para a prática de atos terroristas;

Foreign Corrupt Act Practices **("FCPA"):** Lei norte-americana anticorrupção no exterior de 19 de dezembro de 1977;

Fornecedor e/ou Terceiro: é todo aquele que fornece direta ou indiretamente bens e serviços à Flash;

Lavagem de Dinheiro: ato que consiste na ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. Envolve, teoricamente, três etapas independentes que, com frequência, ocorrem simultaneamente. São elas: colocação, ocultação e integração;

Lei nº 9.613/1998 com redação dada pela Lei nº 12.683/2012: dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na Lei;

Lei nº 13.260/2016: regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista;

Lei nº 13.810/2019: dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados.; e revoga a Lei nº 13.170/15;

Lei nº 13.974/2020: dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;

Lista CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas): listas restritivas internacionais do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Comunicações devem ser encaminhadas para o endereço csnu@mj.gov.br;

Lista OFAC (*Office of Foreign Assets Control*): lista emitida e atualizada regularmente pelo Tesouro Norte- Americano, contendo nomes e associações de pessoas, entidades e organizações com restrição por estarem envolvidas com atos ilícitos, tais como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, terrorismo, dentre outros;

Pessoas Expostas Politicamente ("PEP"): são os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo;

Resolução BCB nº 44/2020: Estabelece procedimentos para a execução pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil das medidas determinadas pela Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados;

Resolução BCB n° 96/2021: dispõe sobre a conta de pagamento utilizada pelas instituições de Pagamento para registro de transações de pagamento de usuários finais;

Resolução CMN nº 4.951/2021: estabelece as diretrizes que devem ser observadas na regulamentação, na vigilância e na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB");

Usuário Final: pessoa natural que utiliza um serviço de pagamento da Flash.

2. RESPONSABILIDADES

A implementação eficaz da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Flash depende da clara definição das responsabilidades de todos os indivíduos e times envolvidos. As responsabilidades são atribuídas conforme descrito abaixo:

Diretoria Executiva:

- Zelar e aprovar as diretrizes contidas nesta Política, incentivando e reforçando todos os colaboradores e terceiros por ela contratados, a condução dos negócios com responsabilidade, respeito e de forma íntegra, sendo coibida qualquer conduta fraudulenta, suborno, atos de corrupção, falsificação, desonestidade ou lavagem de dinheiro;
- Aprovar os critérios de avaliação de risco adotados e destinados a conhecer seus colaboradores, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros;
- Responsável na implementação e supervisionamento dos controles internos que sejam adequados e eficazes na gestão de riscos de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrrorismo e Sanções;
- Deliberar sobre assuntos relacionados a indícios de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo envolvendo clientes, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros; e
- Aprovar as políticas, infraestrutura, recursos e a governança necessária para suportar as atividades de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Diretor responsável pelas atribuições de PLD/FT

- Comprometer-se com a efetividade e a melhoria contínua da Política, procedimentos e controles internos relacionados, assim como a promoção da cultura organizacional do Programa de PLD/FT;
- Avaliar e aprovar a avaliação interna de risco;
- Avaliar e aprovar os normativos internos relacionados à PLD/FT;
- Tomar ciência, avaliar e monitorar os planos de ação destinados a solucionar as deficiências identificadas no processo de avaliação de efetividade;
- Assegurar a implantação da metodologia de classificação de risco de clientes, fornecedores, parceiros e funcionários para fins de PLD/FT.

Gestão de PLD/FT:

- Desenvolver, implementar e aprimorar os mecanismos de controle e vigilância, com base na avaliação interna de risco, visando mitigar o risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo nos produtos e serviços ofertados pela Flash;

- Suportar as áreas de negócios na definição e implantação de processos de prevenção à atos ilícitos envolvendo clientes, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros;

- Avaliar a robustez de novos produtos e/ou serviços sob a ótica de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo;

- Acompanhar e diagnosticar situações atípicas visando antecipar tendências e propor soluções preventivas e de combate à atos ilícitos;

- Monitorar, identificar e analisar transações e operações realizadas por colaboradores, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros e realizar a respectiva comunicação ao COAF, quando for cabível, dentro do prazo regulamentar previsto;

- Adotar medidas de vigilância reforçada nos casos de relação de negócio mantido com o cliente PEP, nos termos da legislação em vigor;

- Responsável pela revisão, aprovação dos relatórios de atividades suspeitas (quando necessário);

- Acompanhar e elaborar o relatório de efetividade contemplando a efetividade da Política e Procedimento de PLD/FT;

- Disseminar e atuar como multiplicador da cultura de combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, capacitando todos os níveis hierárquicos para incentivar a denúncia de comportamento suspeitos de clientes, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros comerciais e dos próprios colaboradores;

- Elaborar e submeter à aprovação do Comitê de Compliance & PLD/FT os critérios de avaliação de riscos adotados e destinados a conhecer seus colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e prestadores de serviço terceirizados, mantendo o procedimento formalizado e atualizado; e

- Desenvolvimento criação de Treinamentos com base na Abordagem Baseada no Risco a fim de aculturamento dos colaboradores evidenciando os riscos reais de LD/FT a que estão expostos, como parte do cronograma do Programa de PLD/FT da Flash.

Auditoria:

- Executar processos de auditoria com o objetivo de avaliar a efetividade da Política, dos procedimentos e dos controles internos adotados pela Flash visando a prevenção para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo;

- Avaliar a integridade e a eficácia do programa de PLD/FT e sanções conforme definido nesta Política, que contempla uma avaliação da eficácia geral do programa, incluindo suas políticas, procedimentos e processos, análise de qualquer avaliação de risco de produtos, serviços, clientes e localidades, testes de manutenção de registros e requisitos de relatórios, entre outros; e

- Disponibilizar os relatórios da auditoria à Diretoria Executiva, conforme definido nesta Política.

KYC:

- Identificar, validar, classificar e qualificar os Clientes, Colaboradores, Fornecedores e Prestadores de Serviço e Terceirizados, conforme Procedimento de Conheça Seu Cliente (KYC), Procedimento de Conheça seu Colaborador (KYE), Procedimento de Conheça seu Fornecedor, Parceiro e Prestador de Serviço Terceirizado (KYS) e Avaliação Interna de Risco (AIR);

- Se detectados indícios de atividades ilícitas, providenciar *due diligence* sobre o Usuário Final para confirmar as suspeitas e/ou encaminhar o caso para o Time de PLD/FT;

- Realizar a manutenção, atualização e encerramento dos cadastros dos clientes, colaboradores, parceiros, fornecedores e prestadores de serviço terceirizados Flash;

- Garantir a Governança dos dados cadastrais e documentação dos clientes, incluindo armazenamento, atualização e envio tempestivo de reportes regulatórios;

- Reportar deficiências de processo à Diretoria Executiva e garantia da implementação das necessidades.

Compliance:

- Comunicar à Diretoria e ao time de PLD/FT sobre eventuais atualizações de dispositivos legais ou regulamentares;

- Assegurar a conformidade, a partir das diretrizes desta Política, com os requerimentos determinados pela base legal e regulatória;

- Suportar e apoiar na periódica revisão da presente Política juntamente com o time de PLD/FT; e

- Realizar o acompanhamento do fluxo de aprovação, a governança de assinaturas e dar ciência às áreas.

Gestão Financeira:

- Manter os saldos dos produtos ofertados no âmbito do PAT (e demais programas governamentais) em contas de pagamento segregadas, a fim de que tais saldos não sejam comunicados com os saldos dos produtos que sejam regulados pelo BCB.

Comercial:

- Conhecer o perfil de negócio dos Clientes e usabilidade dos produtos Flash pelos Usuários atuando de modo preventivo quanto à operações e/ou situações que apresentem indícios de estarem direta ou indiretamente relacionadas aos crimes de LD/FT; e

- Estar ciente que o relacionamento com os Usuários deve ser sempre pautado pela perspectiva de transparência e boa-fé, com a garantia de qualidade dos serviços prestados pela Flash.

Gente & Cultura:

- Administração das rotinas de Recursos Humanos na Flash, dando suporte e esclarecendo dúvidas contratuais para todos os colaboradores;
- Responsável pelo recrutamento de pessoal, de acordo com as demandas levantadas por cada área, de forma direta e indireta, desde a seleção dos currículos, passando pela fase de entrevistas e envio da proposta de trabalho para os candidatos;
- Coleta das informações cadastrais dos colaboradores, independente do nível hierárquico, bem como a manutenção destas informações em ambiente interno, seguro, de acesso restrito;
- Dar seguimento aos processos de encerramento da relação contratual com os colaboradores, iniciado ou solicitado pelas áreas internas da Flash, incluindo, se necessário, prestação de informações em momento posterior ao desligamento.

Área de Compras:

- Recebimento das demandas de compras e contratações;
- Iniciar o processo de contratação de acordo com as necessidades descritas pela área solicitante da contratação;
- Conduzir a seleção de possíveis fornecedores, parceiros ou prestadores de serviços terceirizados;
- Buscar sempre as melhores condições comerciais, prezando sempre pela excelência técnica;

- Coleta das informações por meio de formulários de Due Diligence e outras documentações se necessário dos fornecedores, parceiros ou prestadores de serviços terceirizados a fim de dar seguimento à realização dos processos de controles internos;
- Garantir a Governança dos dados cadastrais e documentação dos fornecedores, parceiros ou prestadores de serviços terceirizados, incluindo armazenamento, atualização e envio tempestivo de reportes regulatórios;
- Manter atualizada a base de fornecedores homologados;
- Reportar deficiências de processo à Diretoria Executiva e garantia da implementação das necessidades.

Colaboradores:

- Manter absoluto sigilo, principalmente em local público, sobre toda e qualquer informação de um Cliente e/ou Usuário, suas propostas, operações, valores e/ou comunicações efetuadas aos órgãos reguladores;
- Esclarecer dúvidas sobre o cumprimento e à aplicação da presente Política;
- Reportar as tentativas de burla dos controles internos e regulamentações vigentes, aplicáveis à prevenção de PLD/FT; e
- Participar de programas mandatórios e periódicos de treinamento, disponibilizados, que lhe possibilitem:
    - Conhecer a legislação e normas complementares aplicáveis na prevenção e combate à LD/FT;
    - Identificar situações consideradas anormais, atípicas ou suspeitas e reportar ao Compliance para providências;

Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros:

- Observar e seguir esta Política, no que couber, assim como a legislação e regulamentos vigentes;
- Manifestar ciência quando do recebimento das Políticas internas compartilhadas quando iniciada a relação contratual;
- Realizar o treinamento mandatório de PLD/FT, quando aplicável.

3. DIRETRIZES

A Flash busca continuamente alinhar-se às melhores práticas para prevenção de lavagem de dinheiro e combate a atos ilícitos, investindo em ferramentas e treinamentos periódicos de seus colaboradores, fornecedores, parceiros ou prestadores de serviços terceirizados e implementando procedimentos e controles compatíveis com a complexidade e riscos associados às suas atividades e/ou operações.

A Flash presta seus serviços apenas para Empresas domiciliadas no Brasil, mesmo que em seu Quadro Societário figure sócio Pessoa Jurídica Domiciliada no Exterior. Os usuários dos serviços Flash são apenas as Pessoas Físicas domiciliadas no Brasil, ou seja, a Flash não realiza transações com Pessoas Físicas domiciliadas no exterior e os aportes realizados pelas Empresas Clientes Flash são feitos em moeda nacional corrente.

O programa de PLD/FT da Flash é implementado de forma independente e autônoma, visando mitigar de forma eficaz e robusta as ameaças de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, evitando que seus produtos e serviços sejam utilizados para a prática de atividades ilícitas.

A supervisão do programa é atribuída à Diretoria de Riscos Corporativos, que apresenta regularmente os resultados e atualizações em fóruns com a Diretoria Executiva. O programa conta com uma equipe de colaboradores treinados e capacitados, mantendo-se atualizada nas melhores práticas e regulamentação.

O programa também conta com um Comitê de PLD/FT que ocorre mensalmente, ou a qualquer momento, quando necessário. Um órgão colegiado responsável por discutir casos que possam ser relatados ao órgão regulador, o COAF, melhorias e alterações que necessitam da deliberação do Diretor responsável por PLD/FT, atualização desta Política, Procedimentos e Manuais relacionados e qualquer tema que necessite ser divulgada aos participantes do Comitê.

O Gestor de área, independentemente do nível hierárquico, é responsável pela aplicação desta Política dentro do seu âmbito de atuação, devendo proporcionar ambiente e cultura de conformidade, ou seja, todos os seus processos e/ou produtos devem estar em conformidade às normas regulatórias e leis vigentes.

Além disso, o Gestor deve assegurar que todos os seus colaboradores entendam os riscos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e divulguem as responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como, conheçam e sigam a Política e os Procedimentos relacionados.

Na hipótese de celebração de contratos com terceiros não sujeitos a autorização para funcionar do Banco Central do Brasil, participantes de arranjo de pagamento do qual a instituição também

participe, a Flash adotará no âmbito de seus controles internos a (i) obtenção de informações sobre o terceiro que permita a compreensão da natureza de sua atividade e reputação; (ii) verificação se o terceiro foi objeto de investigação ou de ação de autoridade supervisora relacionada com lavagem de dinheiro ou com financiamento do terrorismo; (iii) certificação de que o terceiro possui licença do instituidor do arranjo para operar, conforme o caso; (iv) avaliação dos controles adotados pelo terceiro relacionados à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e; (v) comunicação do contrato ao Diretor de Riscos Corporativos.

4. ABORDAGEM BASEADA NO RISCO

A Flash adota abordagem baseada no risco através de metodologia que avalia e compreende os riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo em suas atividades, e aplica medidas de prevenção e controle proporcionais aos riscos identificados.

A aplicação das medidas de prevenção estão concentradas onde os riscos são maiores, ou seja, clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros, prestadores de serviço terceirizados que apresentam um maior risco recebem um nível elevado de diligência e monitoramento. Já aqueles considerados de menor risco estão sujeitos a medidas simplificadas. Com base no risco classificado, é aplicado o processo de manutenção do relacionamento com menor ou maior periodicidade.

RISCO	ATUALIZAÇÃO CADASTRAL
ALTO	12 meses
MÉDIO	18 meses
BAIXO	24 meses

5. AVALIAÇÃO INTERNA DE RISCO

A Flash realiza a avaliação interna de risco com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo.

De forma a identificar e mensurar o risco, a avaliação interna deve considerar, no mínimo, os perfis de risco:

- dos clientes;
- da instituição, incluindo o modelo de negócios e área geográfica de atuação;

- das operações, transações, produtos e serviços, abrangendo todos os canais de distribuição e a utilização de novas tecnologias;
- das atividades exercidas pelos funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados.

A avaliação interna de risco deve estabelecer categorias de risco que possibilitem a adoção de controles de gerenciamento e de mitigação reforçados para as situações de maior risco, enquanto situações de menor risco podem ser gerenciadas com controles simplificados.

A avaliação interna de risco, devidamente documentada, é submetida à aprovação do Diretor responsável e posteriormente compartilhada para ciência da Diretoria Executiva.

O documento de avaliação interna de risco será revisado a cada 2 (dois) anos, ou quando houver alterações significativas nos perfis de risco.

6. AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE

A Flash avalia a política, os procedimentos e os controles internos referentes a prevenção a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, bem como documenta a avaliação em relatório específico.

O relatório deve ser elaborado anualmente, com data-base de 31 de dezembro, e encaminhado para ciência da diretoria da instituição até 31 de março do ano seguinte ao da data-base.

A avaliação de efetividade deve conter, no mínimo, informações que descrevam:

- a metodologia adotada na avaliação de efetividade;
- os testes aplicados;
- a qualificação dos avaliadores;
- as deficiências identificadas;

Adicionalmente, a avaliação de efetividade deve conter, no mínimo, a avaliação:

- dos procedimentos destinados a conhecer clientes, incluindo a verificação e a validação das informações dos clientes e a adequação dos dados cadastrais;
- dos procedimentos de monitoramento, seleção, análise e comunicação ao Coaf, incluindo a avaliação de efetividade dos parâmetros de seleção de operações e de situações suspeitas;
- da governança da política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
- das medidas de desenvolvimento da cultura organizacional voltadas à prevenção da lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;

- dos programas de capacitação periódica de pessoal;
- dos procedimentos destinados a conhecer os funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados; e
- das ações de regularização dos apontamentos oriundos da auditoria interna, externa e da supervisão do Banco Central do Brasil.

Deve ser elaborado um plano de ação destinado a solucionar as deficiências identificadas por meio da avaliação de efetividade, o acompanhamento da implementação do plano de ação deve ser documentado por meio de relatório de acompanhamento e encaminhado para ciência e avaliação da Diretoria da Instituição, até 30 de junho do ano seguinte ao da data-base do relatório de efetividade.

7. PRODUTOS, SERVIÇOS E NOVAS TECNOLOGIAS

Novos produtos e serviços, incluindo a utilização de novas tecnologias ou alterações significativas, devem ser avaliados e analisados de forma prévia, sob a óptica de PLD/FT, para a identificação, mitigação dos riscos e a realização de seu monitoramento.

Para isso, a área de PLD/FT da Flash disponibiliza canal de atendimento para avaliação de todos os produtos, serviços e novas tecnologias sob a ótica de prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

8. CONHEÇA SEU CLIENTE, COLABORADOR, FORNECEDOR E PARCEIRO

São adotados procedimentos de coleta, verificação, validação e atualização cadastral visando conhecer seus clientes, funcionários, parceiros e terceiros, além diligência adicional (*Due Diligence*) a fim de garantir que os mesmos sejam identificados, qualificados e classificados quanto ao perfil de risco de PLD/FT, que deve ser mantido atualizado e contemplando medidas reforçadas para as classificações de maior risco.

Para verificação e validação das informações cadastrais, serão realizadas pesquisas em bases externas, públicas e privadas, a fim de atestar a veracidade das informações. Para situações em que a verificação da informação for difícil, onerosa, imprecisa ou impossível, será realizada solicitação de documentação adicional específica onde estas informações poderão ser apuradas e armazenadas internamente.

O detalhamento de cada um destes processos está descrito no manual específico de cada processo.

8.1. Conheça seu Cliente (KYC)

Trata-se de um conjunto de regras, procedimentos e controles que devem ser adotados para análise e identificação dos clientes que venham a se relacionar com a Flash.

O objetivo do Processo de KYC na Flash é identificar, validar, qualificar e classificar o risco de todos os Usuários e Clientes, conforme aplicável, tanto antes de iniciar um relacionamento comercial quanto durante a sua vigência. Nenhuma relação comercial é iniciada sem a devida identificação do cliente.

A Flash proíbe explicitamente:

- A realização de negócios com bancos de fachada (Shell Bank), instituição sem presença física em nenhuma jurisdição e sem ligação com nenhum grupo financeiro regulamentado, e compromete-se a não estabelecer e manter quaisquer relação com esses tipos de empresa ou outras que se assemelham;
- Realizar negócios com empresas domiciliadas ou cuja composição acionária contenha pessoa domiciliada em país com sanções de proibição de operar;
- Abertura de contas anônimas e contas com nomes fictícios;
- Empresas que sejam constituídas por instrumento de ação ao portador;
- Cliente pessoa jurídica domiciliada no exterior desobrigada de Cadastro de Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme determina a regulamentação vigente.

A Flash identifica clientes que são considerados PEP (agentes públicos relevantes, seus familiares e colaboradores próximos). O relacionamento com PEP requer aprovação por pessoa hierarquicamente superior e, para os casos em que é identificado risco, ou risco potencial, encaminhado para discussão no Comitê de PLD/FT com presença do Diretor responsável.

Consideram-se pessoas expostas politicamente:

I - os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II - os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União, de:

a) Ministro de Estado ou equiparado;

b) Natureza Especial ou equivalente;

c) presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta; e

d) Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível 6, ou equivalente;

III - os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal;

IV - os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;

V - os membros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral e os Subprocuradores-Gerais do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

VI - os presidentes e os tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;

VII - os Governadores e os Secretários de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os presidentes de Tribunais de Justiça, Tribunais Militares, Tribunais de Contas ou equivalentes dos Estados e do Distrito Federal; e

VIII - os Prefeitos, os Vereadores, os Secretários Municipais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta municipal e os Presidentes de Tribunais de Contas ou equivalentes dos Municípios.

São também consideradas expostas politicamente as pessoas que, no exterior, sejam:

I - chefes de estado ou de governo;

II - políticos de escalões superiores;

III - ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;

IV - oficiais-generais e membros de escalões superiores do Poder Judiciário;

V - executivos de escalões superiores de empresas públicas; ou

VI - dirigentes de partidos políticos.

São também consideradas pessoas expostas politicamente os dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

A condição de pessoa exposta politicamente é aplicada pelos cinco anos seguintes à data em que a pessoa deixou de se enquadrar nas categorias previstas nesta Política.

A Flash verifica a presença de clientes e seus representantes em listas restritivas nacionais e internacionais, incluindo Lista do Comitê de Segurança das Nações Unidas - CSNU. A identificação em listas restritivas pode levar à avaliação e potencial encerramento da parceria comercial, incluindo, quando necessário, comunicação ao Banco Central, COAF e Ministério da Justiça, e realização do bloqueio de ativos.

A Flash enquadra as condições abaixo em especial atenção ou passíveis de aprovação para início do relacionamento ou manutenção do relacionamento:

- Clientes que não foi possível qualificar o início do relacionamento, o processo será realizado dentro do prazo regulamentar, sem que haja prejuízo ao monitoramento e seleção;
- Empresas que não foi possível identificar 100% do beneficiário final, não podendo exceder o valor mínimo de referência de 25%, conforme determina a legislação e regulamentação vigente.

As informações cadastrais dos clientes devem ser mantidas atualizadas e validadas periodicamente conforme procedimento interno e periodicidade estabelecida de abordagem baseada no risco.

8.2. Conheça seu Colaborador (KYE)

O objetivo do processo KYE é identificar, qualificar e classificar o risco de acordo com as atividades exercidas pelos colaboradores, tanto antes da contratação quanto durante o vínculo empregatício. Nenhuma relação de trabalho é iniciada sem a devida análise e identificação do colaborador.

A Flash identifica candidatos e colaboradores considerados PEP (agentes públicos relevantes, seus familiares e colaboradores próximos). O relacionamento com PEP requer aprovação por pessoa hierarquicamente superior e, para os casos em que é identificado risco, ou risco potencial, encaminhado para discussão no Comitê de PLD/FT com presença do Diretor responsável.

Este procedimento, em observância à Circular n° 3.978/20 e demais regulamentações aplicáveis, visa:

- Garantir o prévio conhecimento dos candidatos antes que estes ingressem ou formalizem seu vínculo com a Flash;
- Identificar, classificar e qualificar os colaboradores;
- Calcular o risco de acordo com o perfil de risco de PLD/FT estabelecido na Avaliação Interna de Risco da Flash;
- Prevenir que a Flash possua vínculo empregatício com pessoas que não compactuem com os valores praticados;

- Prevenir o efeito adverso provocado pelo envolvimento em atos ilícitos e riscos de imagem e reputação.

8.3. Conheça seu Fornecedor, Parceiro ou Prestador de Serviço Terceirizado (KYS/P)

A Flash adota o processo de identificação, qualificação e classificação de seus fornecedores, parceiros e prestadores de serviços, com o objetivo de prevenir a realização de negócios com contrapartes inidôneas ou suspeitas de envolvimento em atividades ilícitas, e para assegurar que eles possuam procedimentos adequados de PLD/FT.

O processo Conheça Seu Fornecedor/Parceiro (KYS/P) na Flash é um componente crucial da estratégia de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), que visa identificar e mitigar os riscos associados à contratação de fornecedores, parceiros e prestadores de serviço terceirizados de modo a garantir o alinhamento aos valores praticados pela Flash, bem como as regulamentações a que está sujeita.

A Flash identifica fornecedores, parceiros e prestadores de serviço terceirizados considerados PEP (agentes públicos relevantes, seus familiares e colaboradores próximos). O relacionamento com PEP requer aprovação por pessoa hierarquicamente superior e, para os casos em que é identificado risco, ou risco potencial, encaminhado para discussão no Comitê de PLD/FT com presença do Diretor responsável.

Estes procedimentos, em observância à Circular n° 3.978/20 e demais regulamentações aplicáveis, visam:

- Verificar a integridade dos fornecedores, parceiros e prestadores de serviço terceirizados que venham a se relacionar com a Flash;
- Identificar, classificar e qualificar os fornecedores, parceiros e prestadores de serviço terceirizados;
- Calcular o nível de risco de acordo com o perfil de risco de PLD/FT estabelecido na Avaliação Interna de Risco da Flash;
- Assegurar que os fornecedores, parceiros e prestadores de serviço terceirizados a serem contratados tenham qualificações técnicas adequadas, recursos e experiência para a prestação dos serviços pretendidos;
- Prevenir que os fornecedores, parceiros e prestadores de serviço terceirizados venham a utilizar o sistema financeiro, através da Flash, para os crimes de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e demais atividades criminosas;

- Prevenir a responsabilização da Flash por atos de terceiros, com base na legislação vigente, incluindo a Lei n° 12.846/2013.

9. MONITORAMENTO, SELEÇÃO E ANÁLISE DE TRANSAÇÕES E SITUAÇÕES SUSPEITAS

A Flash possui Procedimento de monitoramento, seleção e análise de operações e situações suspeitas com o objetivo de identificar e dispensar especial atenção às suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

A Flash monitora, por meio de sistemas automatizados e através de regras e parâmetros previamente estabelecidos e continuamente avaliados, casos considerados com o indício de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo.

Os procedimentos de monitoramento são compatíveis com esta Política. Adicionalmente, o procedimento considera a condição de pessoa exposta politicamente e a condição de representante, familiar ou estreito colaborador da pessoa exposta politicamente.

O período para execução dos procedimentos de monitoramento e de seleção das operações e situações suspeitas não pode exceder o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data da ocorrência da operação ou situação. Já o período para a execução dos procedimentos de análise das operações e situações selecionadas não pode exceder o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de seleção da operação ou situação.

Os detalhes e informações específicas a respeito dos procedimentos de monitoramento, seleção, análise de operações e situações suspeitas estão descritos no Procedimento de Monitoramento, Seleção e Análise de Transações e Situações Suspeitas e/ou de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo.

A Flash dispõe de monitoramento específico para situações em que ocorra transação com pessoa presente na Lista do Comitê de Segurança das Nações Unidas - CSNU. Caso esta possibilidade se materialize, ocorrerá geração de alerta para monitoramento no dia seguinte ao da ocorrência da transação, e o Time de PLD/FT seguirá com a análise do caso e dará seguimento às obrigações adicionais pertinentes à situação.

9.1. Comunicação de Operações ou Situações Suspeitas ao COAF

A Flash comunica ao COAF as operações ou situações suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, quando aplicável, em cumprimento às determinações legais e regulamentares. A decisão quanto à comunicação deve:

- ser fundamentada com base nas informações contidas no dossiê elaborado no momento da análise da operação ou situação suspeita;
- ser registrada de forma detalhada no referido dossiê;
- ocorrer até o final do prazo de análise estabelecido, qual seja, de 45 dias úteis, contados a partir da data da seleção da operação ou situação.

Além disso, a comunicação da operação ou situação ao COAF deve ser realizada em 24h ao da decisão da comunicação. A Flash conduzirá, de forma sigilosa, os processos de análise e comunicação de operações com indícios de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo às autoridades competentes, sempre pautado na comunicação de boa fé, não acarretando responsabilidade civil ou administrativa para a Flash, diretores e colaboradores.

A deliberação quanto à comunicação das operações e/ou situações suspeitas é realizada pelo Diretor de Riscos Corporativos e a manutenção do relacionamento será realizada no Comitê de PLD/FT.

10. TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO

A Flash implementa treinamentos e ações de capacitação e aculturamento anual relacionados à PLD/FT aos colaboradores e terceiros que atuem em nome da Flash, e treinamentos com base em abordagem baseada em risco.

O treinamentos indicados pela Flash orientarão sobre as consequências do envolvimento em crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos, valores e de terrorismo e seu financiamento.

O programa de aprendizagem e conscientização visa:

- Disseminar o conhecimento das exigências e responsabilidades legais e regulamentares;
- Promover a cultura organizacional de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

11. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E DE CONTROLE

A Flash possui mecanismos de acompanhamento e controle, de modo a assegurar a implementação e a adequação da Política, dos procedimentos e dos controles internos de que tratam a referida Circular BCB nº 3.978/20, incluindo:

- a definição de processos, testes e trilhas de auditoria;
- a definição de métricas e indicadores adequados;
- a identificação e a correção de eventuais deficiências;

- o acompanhamento mensal da volumetria, nos processos de análise adicional de casos enviados para o Time de PLD/FT referentes aos processos de KYC, KYE e KYS/P;
- revisão e parametrização periódica das regras de monitoramento de transações implementadas;
- identificação de pontos de melhoria nos processos e direcionamento das ações aos responsáveis pela implementação;
- avaliação regulatória contínua, a fim de estar aderente às determinações dos Órgãos Reguladores; e
- atualização de novos normativos, com direcionamento das informações de forma clara às áreas afetadas pelas novas determinações.

Dessa forma, a área de PLD/FT mantém o acompanhamento e controle, incluindo a manutenção do conteúdo das políticas e procedimentos e dos procedimentos de monitoramento, seleção e análise de operações e situações suspeitas à disposição do Banco Central do Brasil, da auditoria, membros da diretoria, entre outros.

12. GUARDA E MANUTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

As informações relativas a todos os pilares acima são armazenados por, no mínimo, 10 (dez) anos mais o ano vigente, conforme prazo e responsabilidades estabelecidos pela legislação vigente. As informações referentes a dados que indiquem suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo são tratadas como confidenciais, sendo expressamente proibida a divulgação entre as partes interessadas. As comunicações de casos suspeitos são exclusivamente destinadas aos Órgãos Reguladores para fins de análise e investigação e mantidas de forma restrita à área de PLD/FT.

13. SIGILO

É expressamente proibido o compartilhamento, com o cliente ou terceiros, de qualquer informação relacionada a um caso sob investigação de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo ou referente a uma comunicação de operação suspeita destinada ao COAF.

Em caso de violação dessa norma, medidas disciplinares serão adotadas.

14. CANAIS DE COMUNICAÇÃO E DENÚNCIA DE PLD/FT

Os canais de comunicação para denúncia de indícios e/ou suspeitas de LD/FT destinada aos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Terceiros e Parceiros, que observarem quaisquer desvios às diretrizes desta Política estão disponíveis por meio dos seguintes canais eletrônicos:

- Pipefy - Abertura de chamado interno para avaliação de operações ou situações com suspeita de PLD/FT;
- Canal de Ética - Abertura de relato, anônimo ou identificado.

As comunicações são sigilosas, e mantém a confidencialidade do conteúdo e também do comunicante.

15. PROTEÇÃO A DENUNCIANTES

É vedada a prática de atos de Retaliação contra aquele que, de boa-fé, denunciar ou manifestar suspeita, dúvida ou preocupação relativas a possíveis violações às diretrizes desta Política.

Deve ser preservada a confidencialidade das informações relativas às apurações de possíveis violações às diretrizes desta Política.

Os Canais de Denúncias aceitam manifestações anônimas e preservam o anonimato dos denunciantes. Serão aplicadas sanções disciplinares a administradores ou colaboradores que tentarem ou praticarem retaliação contra quem, de boa-fé, comunicar possíveis violações às diretrizes desta Política.

Também deverão ser aplicadas sanções, comprovadamente, utilizarem de má-fé ao comunicarem possíveis violações às diretrizes desta Política ou comunicarem fatos sabidamente falsos, conforme estabelecido no Código de Ética.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações e documentos criados ou apresentados em razão desta Política ficarão armazenados e disponíveis ao Banco Central por 10 (dez) anos, mais o ano vigente, após a apresentação.

16.1. Exceções

Exceções a esta Política devem ser aprovadas pelo responsável da política, pela área de PLD/FT, comunicadas ao time de Compliance e formalmente documentadas. As exceções da Política serão revisadas periodicamente para verificar sua adequação.

16.2. Revisão

Esta Política será revisada a cada 2 (dois) anos ou sempre que houver necessidade, pelo time de PLD/FT para garantir sua adequação e relevância em relação às necessidades e objetivos da Flash e sua conformidade com o disposto pelos Órgãos Reguladores.

16.3. Atualização

Este documento é válido a partir da data de sua aprovação.

O proprietário do documento é o time de PLD/FT, que será responsável por verificar e atualizar seu conteúdo periodicamente, ou conforme necessidade.

17. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- Código de Conduta e Ética da Flash
- Carta Circular nº 4.001, de 29 de janeiro de 2020, do BCB
- Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, do BCB
- Decreto nº 9.663, de 1º de janeiro de 2019
- Decreto nº 9.825, de 5 de junho de 2019
- Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998
- Lei Federal nº 13.260, de 16 de março de 2016
- Lei Federal nº 13.810, de 8 de março de 2019
- Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001
- Resolução BCB nº 44, de 24 de novembro de 2020
- Resolução BCB nº 96, de 19 de maio de 2021;
- Resolução BCB nº 131, de 20 de agosto de 2021
- Resolução COAF nº 31, de 7 de junho de 2019
- Resolução COAF nº 36, de 10 de março de 2021
- Resolução COAF nº 40, de 22 de novembro de 2021
- Instrução Normativa COAF nº 5, de 30 de setembro de 2020
- Instrução Normativa COAF nº 6, de 10 de março de 2021
- Avaliação Interna de Riscos Flash
- Procedimento de Conheça Seu Cliente (KYC)
- Procedimento de Conheça Seu Parceiro e Prestador de Serviço Terceirizado (KYS)
- Procedimento de Conheça Seu Colaborador (KYE)